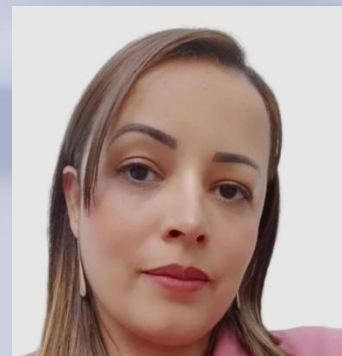


ALFABETIZAÇÃO: JOGOS E BRINCADEIRAS COMO ESTRATÉGIAS PEDAGÓGICAS PARA ALCANÇAR ALUNOS COM DIFICULDADE DE APRENDIZAGEM



LITERACY: GAMES AND PLAY AS PEDAGOGICAL STRATEGIES TO REACH STUDENTS WITH LEARNING DIFFICULTIES

CRISTIANE DA CONCEIÇÃO GOMES MOURA

Graduação em Pedagogia pela Faculdade Centro Universitário Ítalo Brasileiro (2014); especialista em Neuropsicopedagogia pela Faculdade Campos Elíseos (2017); Professora de Ed. Infantil na PMSP (Prefeitura Municipal de São Paulo). Trabalhou na rede estadual de ensino (2020–2024) e na Prefeitura Municipal de Embu das Artes (2014–2023) como professora PEBI.

RESUMO

Quando se fala em alfabetização, imediatamente nos lembramos de desvendar letras, trabalhar com números e uma gama de exercícios repetitivos e entediantes com o intuito de ajudar os estudantes a memorizar e interpretar. Em uma sala de aula serena, as mesas organizadas em fileiras e os estudantes que... É essencial que os alunos compreendam a importância do silêncio para que possam efetivamente atingir as metas e objetivos definidos pelo professor. Neste trabalho, foi realizada uma breve análise sobre a educação no Brasil, abordando as metas da educação básica, com ênfase no ensino fundamental, ciclo I, e ressaltando o papel dos jogos e brincadeiras na alfabetização, além da função do professor como facilitador desse processo. Este estudo foi desenvolvido para mostrar que a combinação entre aprendizado e atividades lúdicas é viável, desde que seja direcionada, com observância de regras e normas, contribuindo para a formação de indivíduos críticos e reflexivos. O professor, como facilitador, conhece seus alunos e realiza diagnósticos contínuos para avaliá-los e também medir sua atuação docente, com o objetivo de reestruturar suas aulas para atender aqueles que enfrentam dificuldades de aprendizagem, adotando estratégias que se alinhem às necessidades

dos alunos. No entanto, para que isso ocorra efetivamente, é necessário criar um ambiente de cordialidade e espontaneidade que promova um aprendizado significativo.

PALAVRAS-CHAVE: Aprendizado; Lúdico; Jogos; Facilitador.

ABSTRACT

When we talk about literacy, we immediately think of unraveling letters, working with numbers and a range of repetitive and tedious exercises designed to help students memorize and interpret. In a serene classroom, the tables arranged in rows and the students... It is essential that students understand the importance of silence so that they can effectively achieve the goals and objectives set by the teacher. In this work, a brief analysis was made of education in Brazil, addressing the goals of basic education, with an emphasis on primary education, cycle I, and highlighting the role of games and play in literacy, as well as the role of the teacher as a facilitator of this process. This study was developed to show that the combination of learning and playful activities is feasible, as long as it is directed, with observance of rules and norms, contributing to the formation of critical and reflective individuals. As a facilitator, teachers get to know their students and carry out continuous diagnoses to assess them and also measure their teaching performance, with the aim of restructuring their lessons to cater for those who face learning difficulties, adopting strategies that are aligned with the students' needs. However, for this to happen effectively, it is necessary to create an environment of cordiality and spontaneity that promotes meaningful learning.

KEYWORDS: Learning; Playful; Games; Facilitator.

INTRODUÇÃO

O tema abordado vem sendo discutido ao longo dos anos em busca de respostas em relação ao fracasso escolar nas escolas públicas. Como bem sabemos, a educação escolar não era para todos, apenas para a elite, e houve diversos contextos históricos que permearam ao longo dos anos até os dias atuais, trazendo a obrigatoriedade e uma falta de suporte a tantas exigências presentes na educação brasileira. E continuamos no mesmo impasse de como fazer com que os dados excluídos que não conseguem acompanhar o grupo no processo de alfabetização avancem em suas hipóteses e venham de fato a vencer os seus limites, concretizando de fato a alfabetização e letramento.

A escola é um ambiente que, além de proporcionar a aprendizagem mediante as várias experiências que esses alunos já trazem consigo, também deve proporcionar um ambiente prazeroso que aguça a curiosidade e o desejo pelo conhecimento.

Os jogos e brincadeiras têm um papel surpreendente no aprendizado dos pequenos, mas têm sido banalizados e pouco utilizados como estratégias pedagógicas.

O presente trabalho vem com as seguintes perguntas:

1. Quais são as contribuições dos jogos e brincadeiras no ensino fundamental?
2. Em qual momento devem ser introduzidos os jogos e brincadeiras como estratégia pedagógica?

Permeada por algumas hipóteses, sendo que a primeira acredita-se que as crianças vão se adaptando às novas situações e que podem aprender da mesma forma que os adultos, não havendo necessidade de respeitar as etapas do desenvolvimento.

A segunda hipótese é a falta de conhecimento, e uma fragmentação no currículo escolar e o desrespeito à infância são grandes fatores que influenciam em um ambiente sem ludicidade.

A terceira hipótese é que os jogos e brincadeiras sejam muito bem aplicados por meio de aulas planejadas, gestão escolar comprometida, professores informados e motivados a tornarem o aprendizado satisfatório.

O presente trabalho irá contribuir para a compreensão do processo histórico da história da educação no Brasil; o uso de jogos e brincadeiras na alfabetização como estratégia pedagógica para facilitar a aprendizagem dos alunos com dificuldade e o papel do professor como mediador nesse processo.

Tem como objetivo geral contribuir para a compreensão dos aspectos educacionais e o papel do professor como mediador do ensino-aprendizagem. O objetivo específico: Repensar o ensino fundamental e especificamente o ciclo I, o qual tem o objetivo de, até o final do terceiro ano, a alfabetização. Compreender o papel do professor como mediador desse processo e o uso de jogos e brincadeiras como estratégias pedagógicas.

Justificativa: O presente trabalho é de suma importância para a educação, pois há muitos anos, dentro do processo histórico da educação no BRASIL, muitos foram excluídos por não serem considerados aptos ou se adequar aos padrões de desenvolvimento das escolas, sendo taxados como indisciplinados, preguiçosos, e os dados excluídos abandonavam os estudos por não se sentirem capazes, e os pais reforçavam isso em casa e reforçam, pois a realidade atual não é tão distante do passado.

Todos esses alunos possuem dificuldades de aprendizagem, problemas neurológicos que afetam a capacidade do cérebro para entender, recordar ou comunicar informações consideradas raras no passado. As dificuldades de aprendizagem supostamente afetam hoje, pelo menos, 5% da população americana (ou mais de 15 milhões de pessoas). Muitas autoridades pensam que o número de indivíduos é bem maior, e os especialistas concordam que muitas crianças não estão indo tão bem quanto poderiam em virtude de dificuldades que não foram identificadas. Ano após ano, muitos desses jovens são erroneamente qualificados como pouco inteligentes, insolentes ou preguiçosos (SMITH; STRICK, 2012, p. 14).

De acordo com Smith e Strick (2012), os problemas comportamentais dificultam a aprendizagem, como a inquietação, a distração, a imaturidade para a sua idade, a falta de organização com os seus pertences; em atividades que envolvem a oralidade, não consegue se expressar e falar dentro do tema proposto e tem dificuldade em esperar a sua vez de falar; a criança não aceita orientações dadas e prefere continuar a realizar as atividades de sua própria maneira, entre outros, comportamentos tais que surgem a partir das mesmas condições neurológicas que causaram problemas de aprendizagens que, se não forem compreendidos. “Ajudam a convencer os pais e os professores de que a criança não está fazendo um esforço para cooperar ou não está prestando a devida atenção”. (SMITH; STRICK, 2012, p. 34). Enfatiza ainda que muitas se sentem tão incapazes que acabam desencadeando um comportamento agressivo e uma baixa autoestima.

Os alunos com dificuldades de aprendizagem normalmente usam áreas em que são mais fortes para compensar áreas em que são mais fracos, mas aqueles que não tiveram níveis adequados de estímulo e apoio em casa têm menos áreas de recursos às quais recorrer.

“Além disso, esses estudantes são menos persistentes que outras crianças quando encontram problemas. Os professores observam que eles antecipam o fracasso, parecendo desistir de começar” (SMITH; STRICK, 2012, p. 34).

Partindo desse pressuposto, percebe-se o quanto esse tema é relevante, pois se fazem necessárias estratégias e um olhar atento às dificuldades de aprendizagens, compreendendo o discente como um ser único e singular, que possui direitos a uma educação de qualidade, pois conforme o Plano Nacional de Educação, a alfabetização na idade certa tem como objetivo a alfabetização até o terceiro ano, final do ciclo um. É um desafio a todos envolvidos nesse processo atingir as metas estabelecidas, compreendendo que todos são especiais dentro de suas dificuldades e o docente precisa ter um olhar atento e estratégias que vão ao encontro dos alunos conforme suas especificidades.

Problema:

1. Quais são as contribuições dos jogos e brincadeiras no ensino fundamental?
2. Em qual momento devem ser introduzidos os jogos e brincadeiras como estratégia pedagógica?

BREVE RELATO, HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO NO BRASIL

A história da educação no Brasil (1549), segundo Ribeiro (2007), foi entregue aos Jesuítas que tinham por intuito a formação de sacerdotes, ensinava-se a ler e escrever, a contar e a cantar. Os quais se apropriaram da língua nativa, seus costumes e cultura, e utilizavam estratégias lúdicas para a aproximação dos nativos. A educação era dual, ou seja, trabalho manual para os menos favorecidos e intelectual para a elite, enquanto as mulheres aprendiam serviços domésticos e boas maneiras e as crianças eram instruídas em casa.

Os Jesuítas foram expulsos por questões políticas, conforme a reforma pombalina. O Brasil ficou em um período de 30 anos sem uma educação formal. O Marquês de Pombal tirou os Jesuítas do monopólio, substituindo-os por professores régios, subsídio literário e, pela primeira vez, a educação passou a ser promovida pelo Estado, mas sem avanços significativos se tratando de democratização de ensino. Com a constituição de 1824, é assegurada a instrução primária e gratuita a todos os cidadãos, sendo confirmado em 1827, pela lei de 15 de outubro, que previa a criação de escolas de primeiras letras.

A educação infantil surgiu a partir da revolução industrial apenas com função assistencialista, ou seja, uma ajuda para as mães que não tinham com quem deixar seus filhos e assim evitando, diminuindo a mortalidade infantil (RIBEIRO, 2007). No decorrer dos anos surgiram diversos pensadores que influenciaram a educação, como: Rousseau, Frederick Eby, Pestalozzi, Foebel, Montessori, Decroly.

Em 1891, é proclamada a constituição e a educação fica a cargo dos Estados e Municípios. Em 1892, a reforma paulista propõe os grupos escolares, com a divisão dos alunos em séries. Em 1920, ocorre a reforma Sampaio Dória, em São Paulo, seguida por outras sete. Nessa década de 20, destacaram-se os pioneiros da escola nova: Anísio Teixeira (1900-1971), Fernando de Azevedo (1897-1970), entre outros que defendiam uma escola pública laica, igualitária e sem privilégios. (NOVA ESCOLA, Edição 265, setembro 2013. Título original: Um período de reforma.

Com a constituição de 1988, fica definida a responsabilidade do Estado para com a educação das crianças de 0-6 anos, sendo educação não obrigatória e compartilhada com a família (art. 280, inciso IV). Em 1990, com o ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente), foram reafirmados os direitos em relação à educação infantil, que passa a ser considerada a primeira etapa da educação básica, oferecida às crianças em instituições públicas ou privadas que educam e não domésticas. As quais devem proporcionar um ambiente de descobertas e aprendizagens que cuidam no sentido de atender às necessidades básicas, preparando-as para o exercício da cidadania, e o Estado tem como dever garantir a oferta de educação pública e de qualidade. Essas instituições têm como finalidade garantir conhecimentos e aprendizagens de diferentes linguagens e o direito à proteção, à saúde, à liberdade, à confiança, ao respeito, à dignidade, à brincadeira, à convivência e interação com outras crianças.

A LDB n. 9.394 de 20 de dezembro de 1996, afirma que a finalidade da educação infantil é o desenvolvimento integral da criança, nos aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade. As diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil (resolução nº 5, de 17 de dezembro de 2009, p. 12) enfatizam as crianças como:

Sujeito histórico e de direitos, nas interações relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura (BRASIL, 2010, p.12).

As diretrizes bases [\(Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013\)](#) menciona o seguinte:

Art. 6º É dever dos pais ou responsáveis efetuar a matrícula das crianças na educação básica a partir dos 4 (quatro) anos de idade.

Art. 29. A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até 5 (cinco) anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade.

Art. 22. A educação básica tem por finalidades desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores.

Art. 32. O ensino fundamental obrigatório, com duração de 9 (nove) anos, gratuito na escola pública, iniciando-se aos 6 (seis) anos de idade, terá por objetivo a formação básica do cidadão, mediante: [\(Redação dada pela Lei nº 11.274, de 2006\)](#)

I - O desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo;

II - A compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade;

III - o desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores;

IV - O fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social.

No decorrer da história da educação, podemos observar vários avanços até os dias atuais, em que outrora não era de direito aos menos favorecidos estudar e hoje, embora muitos encontrem barreiras pela frente, houve um grande avanço. A criança passa a ter um olhar diferenciado, há uma preocupação em um direcionamento específico para que se alcancem os objetivos, pensando no desenvolvimento integral da criança. Compreender a criança como um ser completo, que possui saberes os quais deverão ser ampliados. Um olhar para os pequenos como sujeitos ativos, os quais, por meio de interações, constroem seus saberes, compreendendo que hoje o professor não é o detentor do saber, e sim o mediador.

A inclusão escolar houve avanços significativos, pois hoje os dados excluídos foram inseridos na rede regular de ensino, amparados pela lei nº 13.146, de julho de 2015, a qual constitui e assegura direitos como:

Art. 27. A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurados sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem. Parágrafo único. É dever do Estado, da família, da comunidade escolar e da sociedade assegurar educação de qualidade à pessoa com deficiência, colocando-a a salvo de toda forma de violência, negligência e discriminação.

METAS PARA O ENSINO FUNDAMENTAL, CICLO I

De acordo com o PNE (Plano Nacional da educação) existem algumas metas e estratégias para educação:

Meta 2: universalizar o ensino fundamental de 9 (nove) anos para toda a população de 6 (seis) a 14 (quatorze) anos e garantir que pelo menos 95% (noventa e cinco por cento) dos alunos concluam essa etapa na idade recomendada, até o último ano de vigência deste PNE.

Estratégia 2.3) criar mecanismos para o acompanhamento individualizado dos (as) alunos (as) do ensino fundamental.

2.4) fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso, da permanência e do aproveitamento escolar dos beneficiários de programas de transferência de renda, bem como das situações de discriminação, preconceitos e violências na escola, visando ao estabelecimento de condições adequadas para o sucesso escolar dos (as) alunos (as), em colaboração com as famílias e com órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, adolescência e juventude;

Meta 4: universalizar, para a população de 4 (quatro) a 17 (dezesete) anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados.5: alfabetizar todas as crianças, no máximo, até o final do 3º (terceiro) ano do ensino fundamental. Estratégias: 5.1) estruturar os processos pedagógicos de alfabetização, nos anos iniciais do ensino fundamental, articulando-os com as estratégias desenvolvidas na pré-escola, com qualificação e valorização dos (as) professores (as) alfabetizadores e com apoio pedagógico específico, a fim de garantir a alfabetização plena de todas as crianças;5.2) instituir instrumentos de avaliação nacional periódicos e específicos para aferir a alfabetização das crianças, aplicados a cada ano, bem como estimular os sistemas de ensino e as escolas a criarem os respectivos instrumentos de avaliação e monitoramento, implementando medidas pedagógicas para alfabetizar todos os alunos e alunas até o final do terceiro ano do ensino fundamental; 5.3) selecionar, certificar e divulgar tecnologias educacionais para a alfabetização de crianças, assegurada a diversidade de métodos e propostas pedagógicas, bem como o acompanhamento dos resultados nos sistemas de ensino em que forem aplicadas, devendo ser disponibilizadas, preferencialmente, como recursos educacionais abertos;5.4) fomentar o desenvolvimento de tecnologias educacionais e de práticas pedagógicas inovadoras que assegurem a alfabetização e favoreçam a melhoria do fluxo escolar e a aprendizagem dos (as) alunos (as), consideradas as diversas abordagens metodológicas e sua efetividade;5.5) apoiar a alfabetização de crianças do campo, indígenas, quilombolas e de populações itinerantes, com a produção de materiais didáticos específicos, e desenvolver instrumentos de acompanhamento que considerem o uso da língua materna pelas comunidades indígenas e a identidade cultural das comunidades quilombolas;5.6) promover e estimular a formação inicial e continuada de professores (as) para a alfabetização de crianças, com o conhecimento de novas tecnologias educacionais e práticas pedagógicas inovadoras, estimulando a articulação entre programas de pós-graduação stricto sensu e ações de formação continuada de professores (as) para a (Alfabetização; 5.7) apoiar a alfabetização das pessoas com deficiência, considerando as suas especificidades, inclusive a alfabetização bilíngue de pessoas surdas, sem estabelecimento de terminalidade temporal.

Ao final do terceiro ano do ciclo I, espera-se que os alunos estejam alfabetizados, o que nem sempre acontece na rede regular de ensino, pois o que mais temos encontrado são crianças que chegam ao quinto ano sem estar de fato alfabetizadas. E a meta 5, juntamente com as estratégias mencionadas 5.1, enfatiza sobre utilizar-se de estratégias desenvolvidas na pré-escola.

As diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil (resolução nº 5, de 17 de dezembro de 2009, p. 12) enfatizam as crianças como:

Sujeito histórico e de direitos, nas interações relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura (BRASIL, 2010, p.12).

Wajskop (2009) enfatiza que o desenvolvimento da criança vem por meio das relações sociais em suas interações e experiências sócio-históricas, ou seja, das relações dos adultos e o mundo que elas criam. Portanto, por meio da brincadeira, as crianças criam e recriam experiências socioculturais dos adultos, passando a interagir com o mundo e a realidade que a cerca, com autonomia, pois na brincadeira ela decide o que gosta e o que não gosta, interferindo e tomando decisões, sendo uma forma de comportamento social.

A criança que brinca pode adentrar o mundo do trabalho pela via da representação e da experimentação; o espaço da instituição deve ser um espaço de vida e interação e os materiais fornecidos para as crianças podem ser uma das variáveis fundamentais que as auxiliam a construir e apropriar-se do conhecimento universal (WAJSKOP, 2009, p.27).

A IMPORTÂNCIA DO USO DE JOGOS E BRINCADEIRAS NA ALFABETIZAÇÃO E O PAPEL DO PROFESSOR COMO MEDIADOR DESSE PROCESSO

Nicolau (1989) enfatiza que a criança é um ser dinâmico, o qual está constantemente interagindo com a realidade, objetos e pessoas, e essas interações constantes proporcionam construção de estruturas mentais e adquire maneiras de fazê-las funcionar.

De acordo com Biasi (2012), “os jogos e brincadeiras são fundamentais no processo educativo, social e psicológico... além de representar atividades atrativas e instigantes, propiciar à aprendizagem espontânea”.

Mediante aos autores e conteúdo abordado, entende-se a importância de um olhar diferenciado à fase inicial da alfabetização a essas crianças, pois acabam de sair da pré-escola, mas não deixaram de ser crianças e necessitam de tais interações de uma forma lúdica e direcionada aos objetivos que se espera com o uso dos jogos e brincadeiras. Pensando no primeiro ciclo do ensino fundamental e nos conflitos e dificuldades na aprendizagem, se faz necessário o uso de tais recursos para ir ao encontro das especificidades de cada aluno.

É necessário à valorização dos conhecimentos prévios das crianças, e partindo desses saberes ampliam os conhecimentos sociais já constituídos, possibilitando momentos em que haja o compartilhamento entre outras crianças e com os adultos, suas ideias partindo de seus conhecimentos de mundo e interação entre si, com a natureza e a sociedade, dando a oportunidade por meio dessas interações o desenvolvimento de sua capacidade de autonomia do ponto de vista afetivo, cognitivo e social. A brincadeira pode ser considerada como um espaço de reiteração de valores retrógrados, conservadores, os quais a maioria das crianças se confronta diariamente, mas essas contradições só podem ser encontradas e resolvidas com uma ação pedagógica direcionada a que se quer ampliar para a criança (WAJSKOP, 2009).

Aranão (2007) enfatiza que é tarefa do professor proporcionar trabalhos em grupo, com jogos, usar a ideia de medida, evitando atividades mecânicas de memorização, proporcionando atividades que provoquem e desafiem os estudantes. Promovendo um ambiente acolhedor de confiança, pois:

Tendo isso assegurado, ele terá facilidade em desenvolver atitudes autônomas, poderá agir com mais espontaneidade e controle próprio sobre as coisas colocadas à sua disposição, experimentar sentimentos de opressão, inibição ou constrangimento. Portanto, é importante e necessário que o processo de ensino-aprendizagem esteja envolto em um clima de harmonia e confiança (ARANÃO, 2007, p. 22).

O professor, enquanto facilitador da aprendizagem, deve promover atividades que instiguem os alunos, os desafiem, para que se sintam motivados à busca pelo conhecimento, proporcionando aulas prazerosas que tenham a ver com a realidade da comunidade, dos educandos, e assim eles aprendem brincando, desprovidos de aulas monótonas e maçantes.

Beskow (2010) enfatiza a importância da metodologia que é indissociável da prática pedagógica, pois ela direciona o docente com o que e como fazer com que aconteça de fato o ensino-aprendizagem. Menciona ainda sobre os trabalhos em grupo visando à socialização e à construção de conhecimentos. “Os jogos de bingo, memória, quebra-cabeça, e outros auxiliam a criança na discriminação visual, no desenvolvimento do vocabulário e na organização espacial”. Menciona ainda que o professor alfabetizador deve fazer o diagnóstico e intervenções necessárias de cada aluno, colocar a criança em contato direto com o objeto de conhecimento de modo que o aluno aprende de forma lúdica.

Mediante tantas atividades que podem ser desenvolvidas para a alfabetização, encontram-se as parlendas, as cantigas, as quadrinhas, entre outras, nas quais, nas brincadeiras, eles desenvolverão a consciência fonológica, podendo utilizar-se de rimas.

Portanto, o professor, como mediador desse processo, precisa ter um olhar atento às dificuldades dos discentes e criar estratégias que vão ao encontro das dificuldades dos alunos, a fim de proporcionar aulas que aguçam a curiosidade dos educandos e facilitam a aprendizagem, atendendo às especificidades de cada aluno e conseguindo, de fato, ao longo do primeiro ciclo, a alfabetização e letramento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como objetivo demonstrar a importância dos jogos e brincadeiras no ensino fundamental, especificamente nos três primeiros anos, como um instrumento de grande valia para o desenvolvimento cognitivo e psíquico. Contribuir para a compreensão do processo histórico da história da educação no Brasil; o uso de jogos e brincadeiras na alfabetização como estratégia pedagógica para facilitar a aprendizagem dos alunos com dificuldade e o papel do professor como mediador nesse processo.

O problema de pesquisa do presente trabalho era formado pelas seguintes perguntas:

1. Quais são as contribuições dos jogos e brincadeiras no ensino fundamental?
2. Em qual momento devem ser introduzidos os jogos e brincadeiras como estratégia pedagógica?

Sendo acompanhado das seguintes hipóteses: A primeira acredita-se que as crianças vão se adaptando às novas situações e que podem aprender da mesma forma que os adultos, não havendo necessidade de respeitar as etapas do desenvolvimento. A segunda hipótese é que há falta de conhecimento, e uma fragmentação no currículo escolar e o desrespeito à infância, são grandes fatores que influenciam em um ambiente sem ludicidade. A terceira hipótese é que os jogos e brincadeiras eram muito bem aplicados por meio de aulas planejadas, gestão escolar comprometida, professores informados e motivados a tornarem o aprendizado satisfatório.

Ao pesquisar os diversos autores mencionados no trabalho, podemos confirmar nossas hipóteses, enfatizando o quanto o uso de jogos e brincadeiras é importante para uma aprendizagem significativa e prazerosa, permitindo um desenvolvimento mais amplo, global.

O professor, como mediador, ao proporcionar momentos de descontração, poderá desenvolver diversos conteúdos, gerando uma integração com os conteúdos curriculares. Fazendo planejamento e criando estratégias específicas para alcançar os objetivos necessários que os educandos necessitam para que suas especificidades e dificuldades sejam atendidas.

Com o uso de jogos e brincadeiras, o educando se sente motivado, interage com seus pares, encontra apoio para superar suas dificuldades de aprendizagem, pois eles oferecem contentamento, encantam, contêm normas as quais devem ser seguidas, dando oportunidade para que os alunos se desenvolvam em diversas áreas do conhecimento. Trata-se de um trabalho com planejamento, direcionado, e o professor como mediador, sempre avaliando e se avaliando para reorganizar suas aulas e ir de fato ao encontro das dificuldades dos alunos.

Diante do embasamento teórico, pode-se concluir que o uso de jogos e brincadeiras no ensino fundamental são ferramentas de suma importância para o educador, pois assim o professor, como mediador, poderá tornar suas aulas mais dinâmicas e atrativas. Usando tais recursos, fica mais fácil a apreensão de conteúdos de maneira prazerosa.

REFERÊNCIAS

ARANÃO, Ivana V. D. *Matemática através de brincadeiras e jogos*. 6. ed. Campinas: Papyrus, 2007.

BESKOW, Julio D.; BESKOW, Clair C.; RADDATZ. *O pensamento infantil sobre a leitura e escrita*. Brasil: Simplíssimo, 2015.

BRASIL. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB*. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DO ESPORTO. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL. *Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil*. Brasília: MEC/SEF, 1998.

FRISÃO, C.; BORTOLUZZI, S. D. A importância do lúdico no desenvolvimento afetivo, intelectual e social da criança. In: WESTPHALEN, F. (Org.). *Revista Pedagogia em Questão*. Ed. URI, 2004, v. 2, cap. 6, p. 53-61.

KISHIMOTO, T. M. O jogo e a educação infantil. In: KISHIMOTO, T. M. (Org.). *Jogo, brinquedo e brincadeira na educação*. 14. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

MEIRELLES, Elisa. *Revista Nova Escola*. Ed. 265, set. 2013. (Título original: Um período de reforma).

NICOLAU, M. *A educação pré-escolar: fundamentos e didática*. 5. ed. São Paulo: Ática, 1989.

POZA, D. *Crianças que brincam mais aprendem mais: a importância da atividade lúdica para o desenvolvimento cognitivo infantil*. Rio de Janeiro: Senac Rio, 2011.

RIBEIRO, M. L. S. *História da educação brasileira: a organização escolar*. 20. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2007.

SMITH, Corinne; STRICK, Lisa. *Dificuldades de aprendizagem de A a Z: guia completo para educadores e pais*. Porto Alegre: Penso, 2012.

WAJASKOP, G. *Brincar na pré-escola*. São Paulo: Cortez, 2009.